



**UNILAB**

Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**FELIZBELA KUYELA ALBERTO MIRANDA**

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ANGOLANA: ASPECTOS  
ESSENCIAS DA CULTURA AFRICANA**

**REDENÇÃO - CE**

**2018**

**FELIZBELA KUYELA ALBERTO MIRANDA**

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ANGOLANA: ASPECTOS ESSENCIAS DA  
CULTURA AFRICANA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr Carlos Henrique Lopes Pinheiro.

**REDENÇÃO- CE**

## SUMÁRIO

<b><u>1</u></b>	<b><u>INTRODUÇÃO</u></b>	6
<b><u>2</u></b>	<b><u>OBJETIVOS</u></b>	9
2.1.	<u>OBJETIVO GERAL:</u>	9
2.2.	<u>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</u>	9
<b><u>3</u></b>	<b><u>JUSTIFICATIVA</u></b>	10
<b><u>4</u></b>	<b><u>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</u></b>	13
4.1.	<u>A ANGOLA PRÉ- COLONIAL</u>	13
4.2.	<u>A CHEGADA DOS PORTUGUESES (PRIMEIROS CONTATOS, IMPOSIÇÃO E ASSIMILAÇÃO).</u>	15
4.3.	<u>PRESERVAÇÃO E RESISTÊNCIA ANGOLANA</u>	21
<b><u>5.</u></b>	<b><u>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</u></b>	28
5.1.	<u>ABORDAGEM DA PESQUISA</u>	28
<b><u>6.</u></b>	<b><u>CRONOGRAMA</u></b>	29
	<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b>	30

## **RESUMO**

A formação da identidade de Angola é um tema bastante amplo, de inúmeras variáveis, seu estudo abre uma perspectiva de melhor compreender o conceito de Identidade Nacional a partir de Angola, bem como identificar e discutir elementos de resistências de uma cultura originária daquele território/país, assim como refletir acerca das influências europeias, colonizadoras no modo de organização e desenvolvimento da sociedade e do estado angolano. Nesta perspectiva, este projeto propõe analisar os processos que foram fundamentais para a formação identitária de Angola. Para tal, vislumbramos a possibilidade de realizar uma pesquisa bibliográfica e documental que terá como finalidade analisar como estava constituída a região pré-colonial na perspectiva administrativa, política económica e cultural. Em seguida, procuraremos entender como foram os primeiros contatos com os europeus e sua cultura, quais os objetivos dos portugueses naquela região e por fim entender quais as consequências dessas relações, o que se perdeu, o que se construiu e o que permaneceu na constituição daquilo que se denomina enquanto “Angolanidade” entender como ela surgiu e como está constituída.

**Palavras chaves:** Construção identitária, adaptação, resistência, Angola.

## 1 INTRODUÇÃO

Antes da chegada dos portugueses, a região que hoje é denominada de Angola era composta por aproximadamente quarenta e seis reinos independentes que mantinham entre si relações económicas, políticas e alguns que também possuíam rivalidade. Os que resistiram por mais tempo à invasão europeia foram os Reinos do Kongo, Ndongo, Matamba, Kissama, Bailundo, Lunda, Sánga, Manba, Ndálu, Ngánda, Tchisánga, Tchiáka, Huámbo, Bié, Múso, Huíla, Mulúndo, Helelos, Tchípúngo, Kabínda, Tchíwémba, Nagámbwe, Tchokwe.

Philip Gleason (1980) apud Nilma Gomes (2004) compreende que ainda não conseguimos ter uma definição adequada para se conceituar identidade. Para este autor, o “uso responsável” do termo necessita de uma sensibilidade às complexidades intrínsecas ao assunto e que a enorme popularização do termo tem resultado em um efeito oposto, tornando o termo identidade cada vez mais difuso e próximo de “um clichê”, criando, dessa forma, um crescente uso mais relaxado e irresponsável do mesmo. De acordo com Nilma Gomes para o antropólogo Kabenguele Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994: 177-178 apud GOMES, 2004, p.40).

Gomes diz ainda que a identidade se refere a um modo de ser no mundo e com os outros, a identidade é um fator importante na criação de relações e referências culturais dos grupos sociais, o termo indica traços culturais, porém não se prende apenas ao nível da cultura, mas também aos sociopolíticos e históricos de uma sociedade. De uma forma mais genérica a identidade é invocada quando “um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido” (NOVAES,1993, apud Gomes, 2004, p.41).

A formação da identidade de um país é uma questão que acarreta uma certa complexidade, principalmente quando nos referimos a um país com uma grande dimensão

territorial e com um povo que possui enorme multiculturalidade e, que também, sofreu bastante influência da cultura do povo de um continente que possui uma cultura totalmente diferente da sua.

A região que hoje compõe Angola foi composta por povos e grupos que migraram da região Central e Sul da África à procura de novos espaços para viver. Entre eles podemos encontrar os Bantu<sup>1</sup> que migraram do Centro de África para o Norte e Sul de Angola que constituíram os povos Bakongo, Ngangela, Ovambo e Xindonga, os Quiocos ( Kyokos) que hoje se encontram nas Lundas, os Jagas que migraram do Norte, os Hereros ( Ovaheleros) que também migraram do Centro de África e hoje compõe as regiões do Bié, deserto do Namibe e Serra da Chela, os Khoisan que migraram do Sul e que hoje permanecem na mesma região apesar da sua escassez, os Nhanecas( Nyanekas ou Vanyanekas) residentes no Sul Cunene e Huíla, os Ovambos no Cubango e Cunene, os Cuangares ( Ovakwangali) que migraram de Orange África do sul e por fim, a migração que mais mudanças provocou e que será o principal objeto da nossa pesquisa, a dos portugueses no século XVI, fundando o São Paulo de Assunção de Luanda.

A região que hoje constitui o território angolano foi composta por vários povos provenientes de diferentes regiões do continente africano e europeu (portugueses), o que o tornou em um território racial e culturalmente plural e mestiço. Conforme Morin (1921), as culturas mantêm as identidades sociais naquilo que têm de específico, elas são aparentemente fechadas afim de salvaguardar sua identidade singular, mas, na realidade, são também abertas. Para este autor, compreender o humano é compreender sua unidade no múltiplo e sua multiplicidade no uno, esse pensamento de Morin aborda a realidade de Angola uma vez que é composta por povos que são ao mesmo tempo iguais e diferentes e a identidade resulta também da diferença.

O presente trabalho abordará a formação da identidade de Angola, nele procuraremos entender as transformações culturais e políticas dos povos que compõe esse território, a partir das relações dos povos africanos com os europeus. Para tal precisaremos entender como era a Angola pré-colonial, sua cultura, política, suas formas de organização, sua relação com os portugueses após a chegada dos mesmos e sobre as

---

<sup>1</sup> Palavra que irei proferir durante o trabalho, uma vez que na qualidade de Bantu não consigo me identificar com a escrita "Banto".

consequências desses contatos, o que foi mais forte e prevaleceu durante os períodos de interesse, pacificação, dominação e violência e sobretudo o que não fazia parte das suas culturas e que foi com o tempo se criando formando desse forma o que hoje faz parte da identidade de Angola.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1. OBJETIVO GERAL:

Compreender o processo de formação da identidade de Angola, levando em consideração as formas de relacionamento entre o colonizador e o colonizado bem como os aspectos que tiveram influência para a sua construção identitária.

### 2.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar as formas da organização da Angola pré-colonial, buscando compreender como elas influenciaram na formação de sua identidade.
- Entender as estratégias utilizadas pelo colonizador português na estrutura cultural e do território.
- Investigar quais os principais aspectos que foram primordiais na criação e organização da Angola contemporânea.
- Mostrar como os valores, os símbolos e as expressões da vontade do povo apesar de sofrerem os efeitos da civilização europeia não perderam a sua especificidade.

### 3 JUSTIFICATIVA

É sabido e até mesmo consensuado numa leitura decolonial, que o colonizador europeu procurou ocultar e negar a história do povo africano anterior a sua chegada, dando a parecer que os territórios por eles “descobertos” só passaram a ter história após a sua chegada criando, dessa forma, um eurocentrismo no saber científico e tecnológico dando a entender que eles foram os “fundadores” dos locais e que neles encontraram povos sem cultura, politicamente desorganizados e que para tal careciam de uma “civilização”.

O estudo da história de Angola pelos angolanos é uma questão que deve ser vista com certa austeridade. Digo isso por ser crítico o grau de conhecimento e o interesse que os mesmos têm sobre sua história. A maioria dos estudos ainda se encontra estruturado em uma base eurocêntrica, mesmo que esse eurocentrismo seja em certas vezes por “ingenuidade” ou até mesmo circunstancial. Infelizmente, no âmbito educacional, o que é de fora é visto com mais relevância do que o nosso o que, conseqüentemente, gera certa “ignorância” e irrelevância no estudo de nossa história. Nas escolas angolanas o que predomina é o estudo da história de uma boa parte do Ocidente, sendo o estudo sobre Angola um “estudo superficial” comparado ao que se consome de fora. Academicamente falando, o que é ensinado é geralmente a história manipulada pelos portugueses, aquela escrita “pelos vencedores” nesse caso específico pelos dominadores, uma estratégia do colonizador para apagar a história e identidade do colonizado. É surpreendente como um estudante angolano saiba detalhadamente a história do iluminismo ou da revolução industrial bem como seus personagens e o mesmo por vezes não saber sobre determinadas temáticas se não dizer a maioria dos temas de sua própria história; não saber de uma forma concisa quais as suas raízes, a vivência de seus antepassados, sua etnia, tudo isso é consequência do nosso ensino estar estruturado em uma colonialidade, daí a importância de nos voltarmos ao estudo das nossas raízes.

Como já foi abordado no início, no período pré-colonial Angola possuía mais de quarenta reinos. Foi no reino do Congo onde se deu os primeiros contatos com os portugueses, e conseqüentemente o que mais sofreu, e até hoje sofre, influência da cultura portuguesa, ou seja, a região do Congo de Angola foi a que menos resistência teve em termos culturais, isso se deu, também, por causa da sua situação geográfica. Comparada com os planaltos central e sul de Angola, Luanda tem elevação mais moderada tornando-

a mais acessível. Foram os reis do reino do Congo os primeiros a deixarem-se ser influenciados pela cultura portuguesa, remodelando aos poucos e de uma forma ingênua e involuntária, sua identidade. Esses reis se empenharam para resistir para que o português não se apossasse do seu território., politicamente lutaram para manterem fixos os limites territoriais sob sua administração, mas esse reino não teve táticas no que diz respeito a resistência cultural e identitária, isso é bem notável na história de Angola.

Muitos se deixaram levar pelas influências culturais portuguesas, após o primeiro contato com os portugueses a capital M'banza Kongo foi rebatizada São Salvador do Congo; no século XVI o Manicongo se converteu ao cristianismo o que conseqüentemente levou seus súditos a seguirem o caminho de seu soberano, no ato de batismos dos soberanos/as houve a troca de nomes, de Nzinga Mbande Cakombe para Dona Ana de Sousa, posteriormente os reis já não usavam mais nomes tradicionais como é o caso do rei Henrique II e seu filho o rei Nicolau do Kongo, assimilado pelo regime português, apesar de permanecer como rei independente e suprimindo a necessidade do seu povo acima das exigências europeias.

Nessa época, os portugueses ainda não haviam implantado o regime da assimilação através da coação, ainda não era usada a força para obrigar as pessoas a terem costumes portugueses, toda essa situação acima citada se difere por exemplo de alguns reis dos reinos do Sul de Angola que resistiram não só em termos territoriais mas, também, culturais, como é o caso, por exemplo, do rei Mandume Ya Ndemufayo, o rei dos kwanhamas, Mandume não era simpatizante da presença dos portugueses em seu território e estava pronto a expulsá-los se os mesmos não fossem de acordo com suas regras, era conhecido como o perseguidor dos cristãos. Em uma de suas últimas batalhas reuniu-se com os filhos do Soba Weyulu perguntando-os “se preferiam ser lacaios dos portugueses ou morrer com eles”, “se queriam ser muleques dos brancos”, só em uma pequena avaliação podemos notar uma resistência cultural, identitária, sem descartar a influência portuguesa nessa região, diferente de alguns reis do Congo, Ya Ndemufayo não abriu mão de sua identidade, não trocou de nome, não se converteu ao cristianismo nem como forma de tática política.

Outro rei que também não se interessava com a cultura portuguesa principalmente a religião foi o N'gola do Ndongo, interessado somente nas relações comerciais, proibiu a pregação do evangelho em seu reino, teve Paulo Dias de Novais<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Foi um capitão português, fundador da cidade de Luanda e primeiro governador de Angola.

como seu prisioneiro por cinco anos, o que levou o mesmo após sua volta à Portugal a convencer o rei a conquistar o Ndongo pela força das armas.

Os reinos do Interior do Norte e do Sul, foram os que mais resistiram a assimilação dos portugueses, até hoje eles são os que mais conservaram sua ancestralidade não deixando que culturas externas os dominassem, digo isso porque ainda no século XXI se encontra crianças que não têm o português como língua materna, que não se vestem de uma forma europeizada. Ainda existem vários grupos étnicos que não são assimilados, grupos que não se encontram distantes das metrópoles, o que é difícil encontrar por exemplo na capital de Angola, Luanda.

Se observarmos a localização geográfica dos países que foram colonizados pelos portugueses podemos ver que a colonização portuguesa era predominantemente litorânea, por esse motivo eles evitavam a migração para o interior do litoral pois receavam o despovoamento da marinha. Neste ponto, podemos verificar que foi difícil aos portugueses penetrarem no interior do território que hoje constitui Angola, os portugueses chegaram pela primeira vez em Angola no século XV, mas a penetração e instalação dos portugueses no interior, Nordeste, Centro e Sul só se deu por conquistada nos anos de 1890 e 1902 ou seja, primeiro e segundo século posterior a entrada dos portugueses.

O presente trabalho é uma oportunidade que me foi concedida para investigar e conhecer mais sobre a formação identitária deste território e que através dele consigamos observar o quão importante é nos interessarmos pelo estudo das nossas raízes, ver as interpretações históricas, os elementos cruciais relacionados que influenciaram na criação e organização da Angola contemporânea.

## 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1. A ANGOLA PRÉ- COLONIAL

Os reinos que compunham a região que posteriormente veio a se chamar Angola eram política e administrativamente organizados. Os povos que aí habitavam dispunham de sua cultura, seus hábitos e costumes. Antes da chegada dos portugueses, esses povos tinham suas regras de convivência tal como vai mostrar Débora Silva (2010) ao abordar sobre o Reino do Kongo: “No reino do Kongo existiam administradores locais que pertenciam a famílias antigas ou que eram escolhidos pela monarquia”. O reino do Kongo, que historicamente foi o maior e o principal da região de Angola, isso por albergar a maior parte do território angolano e por sua influência, era composto por uma população numerosa, pertencentes maioritariamente à etnia bakongo e outros grupos bantu, possuía nove províncias e três reinos (Ngoy, Kakongo e Loango). Tinha como limites os reinos do Ndongo, Matamba, Kassanje e Kissama, porém, esses reinos sofriam uma grande influência do Kongo. Cada um dos reinos possuía suas especificidades culturais (apesar de que alguns se assemelhavam com a dos outros reinos em decorrência das relações políticas e religiosas), eles possuíam suas formas de organização e seus respectivos territórios delimitados, o Reino do Kongo por exemplo era portador de vários setores como o do comércio, da agricultura e pela sua grande produção de tecidos<sup>3</sup> mostrando dessa forma a existência de relações de troca comercial que na época eram feitas através do Nzimbu ou Zimbo<sup>4</sup> ou pano de ráfia.

Estes reinos eram independentes e governados por monarquias que possuíam um nome específico como Manicongo, Ngola, Tata e outros mais. Segundo Carlo Caranci (2015), a monarquia que constituía essa região era sagrada, posição que discordo, pois os reis dessa região da África não eram considerados deuses ou eram divinizados. De qualquer forma, eram simples humanos revestidos de autoridade e privilégios, que assim como o povo dispunham um grande respeito e devoção para com os seus antepassados, e que de acordo com Valter Pitta (2010), a religião desse povo era tradicionalmente africana baseada no culto aos ancestrais.

---

<sup>3</sup> Fato que até hoje na Região de Angola os tecidos africanos são denominados de “pano do Kongo”.

<sup>4</sup> Pequenas conchas ou búzios usados como capital de transação no período pré-colonial, principalmente na região do Kongo.

Ao abordar sobre a organização e a garantia da autonomia dos reinos africanos de Angola, Henriques (2004, p.12-26) vai nos mostrar que os territórios eram marcados e delimitados através da utilização de sinais que asseguravam o reconhecimento e o respeito das comunidades vizinhas. A materialização do simbólico permitiu que os sinais identificadores do território desses povos se tornassem visíveis, palpáveis, seus monumentos possuíam múltiplas funções e operações, como os marcadores vivos, religiosos, fabricados, históricos e os marcadores musicais. Sendo vivos os marcadores criados pela natureza os quais os homens não possuíam controle, asseguravam o processo de socialização do espaço tornando notável a posse do território. Os elementos que identificavam esses marcadores eram as águas, essências para a subsistência do ser humano, a vegetação que também está associado a sacralização do solo pois as suas raízes se alimentam dele, as termiteiras (salalé) que serviam de sinais identificadores dos territórios e que forneciam mel e um tipo de inseto comestível.

Nos marcadores religiosos, a autora aborda a grande significância que as cores possuem uma vez que detém uma relação entre os mortos e os vivos. Essas cores especificamente o vermelho e o branco possuem códigos de utilização, permite vários suportes e desempenha várias funções em diversos objetos, no corpo, nas máscaras, nas casas. Henriques (2004, p. 16) afirma que “O recurso a estas duas cores complementares, o branco e o vermelho, assegura o equilíbrio social e a situação de paz interna e externa, já que o branco, cor da relação profícua com os espíritos, tempera a violência do vermelho.”

Outro marcador religioso existente segundo a autora (Henriques 2004) eram os complexos iniciáticos, cerimônias de iniciação masculinas ou femininas, nelas haviam pequenas construções de painéis, interiores e pintados, criadas especialmente para as cerimônias rituais como a circuncisão, as cores, os desenhos, a forma, as máscaras, o material definia a função do ritual, permitindo à sociedade estabelecer o contacto direto com os espíritos.

Os marcadores fabricados, aqueles fabricados pelo homem, como as aldeias e cidades africanas, as casas feitas com materiais vegetais e argila, os caminhos construídos pelos homens que sinalizavam os territórios que asseguravam a circulação e descanso dos

viajantes e garantiam a presença e proteção divina, isso era feito através da instalação de monumentos submetidos ao processo de sacralização como os muquíxi santuários instalados nos caminhos, assegurando a presença e a proteção dos antepassados, aos quais o caminhante devia prestar homenagem.

Quanto aos marcadores históricos, destacados ainda pela mesma autora, temos os cemitérios onde o território deve a sua consistência aos heróis fundadores, recorrendo a construções e à presença simbólica dos próprios homens por meio de restos mortais e sobretudo a representações antropomórficas, esculpidas em troncos de árvores.

Por fim, ressaltam-se os marcadores musicais ou sonoros quando podemos encontrar os tambores (bataques) utilizados não só para produzir música, mas também para organizar uma "linguagem tamborinada" que permite estabelecer relações a curta e a longa distância entre os diferentes grupos, ajudando assim a assegurar a coesão do território.

#### 4.2. A CHEGADA DOS PORTUGUESES (PRIMEIROS CONTATOS, IMPOSIÇÃO E ASSIMILAÇÃO).

Os primeiros contatos dos portugueses com o reino do Congo se deram no ano 1482, segundo Wheeler (2013), os portugueses mantiveram relações razoavelmente pacíficas com o Estado do Congo até depois de 1575, o que mostra que numa primeira fase os portugueses foram acolhidos pelos reinos, seus relacionamentos não se basearam somente em políticas opressoras. A princípio haviam interesses de ambas partes, o autor afirma que “Os congoleses deram as boas vindas aos estrangeiros brancos, aceitaram os seus padres e mostraram-se desejosos de aprender os seus costumes e de adotar sua religião”. A partir do ano de 1579, Portugal passou a “impor” através de uma diplomacia política suas “regras” uma vez que nessa altura já haviam conquistado o poder de influenciar o povo, reconhecendo como sendo iguais aos reis de Portugal os reis do Congo convertidos ao cristianismo.

O nacionalismo do Reino no Congo girava, portanto, em torno de dois conceitos e níveis de consciência diferentes: o da elite real congoleza, favorecida pelos portugueses durante os séculos por meio de presentes, privilégios religiosos e oportunidades de educação especiais; e o sentido de independência dos camponeses do Congo e dos seus chefes menores. (WHEELER 2013, p.142).

E os que negavam a se europeizar levavam os portugueses a dominarem por meio da força, da guerra, iniciando-se assim o processo de colonização portuguesa neste território que Henriques (2003, p.14) vai denominar de o “processo de branquização do território colonial”, a branquização do quotidiano dos africanos retirando-lhes qualquer forma de autonomia: comer, vestir, dormir, falar, rezar, trabalhar. Os modelos europeus passaram a constituir as operações centrais na organização e controle do novo território, muitas vezes dinamizadas pelas missões, que além de evangelizar deviam também civilizar, ou seja branquizar, que de acordo com a autora “Trata-se de imposições perversas, já que são acompanhadas pelas formas da ridicularização dos africanos que aderem às propostas portuguesas”.

Os colonizadores portugueses tinham como objetivo primordial, segundo Jorge Manuel (2006, p.3), fazer dos africanos participantes da comunidade cultural portuguesa, e é a partir desse momento que toma forma a dupla realidade cultural angolana, junto a realidade cultural africana vai se criar uma cultura europeia, diferente das outras realidades culturais existentes em África que aos poucos ia se tornando dominante, tornando-se o ponto de partida para a formação de uma estrutura civilizacional nova, sendo que por trás desse objetivo, segundo o autor, estava o pensamento de que assim como na esfera econômica se procurava reduzir o homem africano ao simples papel de produtor de mercadorias. Havia também a necessidade de, na esfera social, reduzir o africano ao simples papel de sujeito e, na esfera cultural, a ambição do colonialismo era a de reduzir o africano ao simples papel de portador de valores europeus.

Inseridos em um território distantes de sua história e sua identidade, os portugueses recusaram-se a admitir a autenticidade dos costumes desse povo uma vez que os consideravam incivilizados buscando, segundo Isabel Henriques (2004), varrer toda a realidade secular africana, implementando em África um sistema estranho, estrangeiro e vazio de toda a africanidade, julgando poder vir a adquirir uma autonomia

por possuir uma estrutura capaz de representar uma nova autenticidade angolana “a da colonização”.

Conforme Wheeler (2013, p.194) a nova política indígena pôs fim ao modo como os liberais do século XIX tratavam os africanos, desapareceu a ideia de que os africanos se assimilaram “naturalmente” ao setor europeu, sendo assim necessário a implementação de critérios que privaria os africanos de terem acesso a certos direitos, para o indígena se “elevar” à qualidade de “não indígena” equivalente à dos europeus, seria através de um processo de “assimilação”. O assimilado, de acordo com Jorge Manuel (2006), era o africano desenraizado que cortou os laços culturais com a sociedade africana originária para adquirir e utilizar os hábitos e costumes dos europeus, para obter esse estatuto, ele devia passar com sucesso em um teste que compreendia, entre outras provas, as seguintes: falar e escrever corretamente o português, viver de um trabalho regular e dispor de um certo rendimento. O africano que passasse nesse teste era assimilado aos europeus e beneficiava dos privilégios reservados à sociedade europeia.

Os portugueses criaram uma “política indígena” com o objetivo de “respeitar” a cultura e as leis africanas, uma vez que para conseguirem alcançar os seus objetivos dependiam dos chefes das comunidades, os quais “constituíam uma forma limitada de autoridade indireta” pois uma boa parte do povo ainda resistia as políticas dos portugueses assim, os portugueses tiveram entre suas alternativas se auxiliarem aos líderes tradicionais. Essa política trabalhava na questão de integrar os africanos na política portuguesa, funcionavam como proteção entre os africanos e os colonos, nela estavam contidos dois princípios fundamentais, o primeiro foi a afirmação dos direitos naturais dos indígenas africanos, bem como da sua obrigação de “satisfazer os seus deveres morais e legais de trabalho, educação e auto melhoramento”, o segundo era baseado no dever de “elevar” gradualmente os indígenas e de alterar as suas maneiras, a fim de os integrar no setor europeu da colónia.

Em certas zonas, os portugueses mantiveram os chefes tradicionais e mantiveram-lhes poderes locais, mas sob a supervisão de oficiais europeus. Tal como no sistema britânico de governo indireto, os costumes indígenas continuaram a ser praticados, contanto (segundo a opinião dos portugueses) não “ofendessem os direitos de soberania [de Portugal] ou colidissem com os princípios humanitários fundamentais. (WHEELER, 2013, p. 195-196).

Segundo este autor (WHEELER, 2013), continuando com o raciocínio, os portugueses negaram-se a aceitar o princípio da prevalência dos interesses indígenas o mesmo que foi estabelecido em muitas colônias britânicas, a partir de 1951. As regiões ocupadas pelos portugueses deixaram de se chamar colônias e passaram a denominar-se “províncias ultramarinas” para demonstrar sua posse dos territórios dominados, implementando nas mesmas políticas assimilacionistas na perspectiva de destruir o cultural e identitário africano. Era considerados indígena de acordo o estatuto de 1954, o africano ou o seu descendente que preservava os costumes nativos e que não possuía um nível cultural ou um grau de civilização equiparado aos cidadãos portugueses, foram estes os requisitos necessários para que uma pessoa conquistasse a assimilação que se tornaram o ápice, o ponto crucial para a formação da identidade do povo angolano, pois, uma vez que o indivíduo quisesse desfrutar dos seus direitos era obrigado a deixar seus costumes e sua tradição, sua cultura para abraçar os costumes impostos pelos portugueses, assimilando-os espiritual, económica e administrativa e culturalmente.

Novas regras e formas de administração foram implementadas pelos portugueses através da doutrina da assimilação depreciando, segundo Isabel Henriques (2004), o território africano e ignorando território e as formas de vivência aí encontradas. Conforme a autora, os portugueses eram cónscios da relação sagrada que os africanos mantinham com a terra e que o território colonial que pretendiam construir não sustentava uma relação íntima com os mesmos. Para melhor alcançarem os seus projetos e objetivos os portugueses usaram dois passos fundamentais a dessacralização da terra africana tornando esse espaço sagrado dos africanos em um espaço laico, cheio da cientificidade europeia delimitado e fragmentado cientificamente de maneira a poder ser inscrito na cartografia permitindo a sua integração no mapa-múndi.

As estruturas religiosas, entidades tradicionais foram as que mais mudanças simbólicas sofreram multiplicaram-se igrejas, capelas, cruces e crucifixos, a introdução de símbolos portugueses impostos aos africanos como é o caso da bandeira portuguesa cujo mastro pode ser "plantado" na terra "violando o espaço dos espíritos". “O antigo poder dos chefes tribais africanos tinha diminuído significativamente” (Wheeler 2013, p.197).

É que a colonização portuguesa impunha um limite duplo a todos aqueles que pretendiam representar os valores locais: não somente a língua utilizada devia ser a do colonizador, mas também, e sobretudo, o pensamento expresso devia estar em sintonia com os princípios da colonização portuguesa. (JORGE MANUEL, 2006, p.4).

Alguns dos princípios da assimilação de acordo com Jorge Manuel (2006) foi enunciado por Ernesto de Vilhena nos seguintes termos abaixo mencionados

O negro, para se poder aperfeiçoar e melhorar as condições materiais e morais da sua vida, deverá abandonar uma grande parte do que constituía a sua própria cultura, e adotar os valores da nossa civilização, devia deixar de comer com as mãos, deixar de andar descalço, ter em casa o máximo de coisas possíveis que fazem parte da cultura portuguesa, pratos, talheres e outros objetos mais, e mostrar que tais valores podem ser necessários e profícuos para o progresso geral da comunidade de que fará parte, a partir de agora. (JORGE MANUEL, 2006, P.4)

Assim, uma vez acedido à cultura portuguesa através da instrução, o angolano encontrava-se face a um dilema cultural sendo eles politicamente assimilados aos portugueses, deviam culturalmente também o ser?

Em todo esse processo assimilacionista a Escola Portuguesa vai desempenhar um papel crucial que conforme Jorge Manuel (2006) o acréscimo do fluxo cultural e a influência do meio ambiente produziu uma interação entre a cultura local e a europeia dominante. Apesar de ser uma política bastante influente, os portugueses também encontraram dificuldades, Wheeler (2013) vai considerar a política ineficaz “Portugal não conseguiu implementar uma política de assimilação eficaz”, uma vez que “Num território tão vasto e com uma população dispersa, as exigências de uma política de assimilação bem-sucedida eram grandes” e que “durante boa parte dessa época Portugal não esteve à altura do desafio.”, e apesar de inúmeras leis, do controle centralizado sobre a administração angolana, Portugal não conseguiu implementar uma política de assimilação eficaz pois pouco mudou o interior de Angola. Wheeler (2013) afirma que o poder dos chefes tribais foi diminuindo aos poucos, mas apesar deste défice e de alguns europeus terem se tornado oficiais, representantes da autoridade para os africanos, raramente estes conseguiam assumir o papel dos chefes e eram frequentemente obrigados a impor o

respeito e a obediência dos africanos por intermédio de chefes velhos que já não eram representativos do povo.

Para Henriques (2003) a demarcação das fronteiras era a prioridade dos portugueses uma vez que impedia a dissolução do território pelas unidades vizinhas, “A cartografia permite, pois, dar uma visibilidade inédita ao espaço que se pretende ocupar e permite igualmente definir as condições da sua organização”. Graças a esta "cientifização" do território, os portugueses procuram injetar-lhe "qualidades" que o devem desafricanizar, assinalando do mesmo passo as novas condições de dominação dos homens, das sociedades, das terras. Os portugueses desmantelaram os territórios e os caminhos africanos, eliminando muitos dos seus marcadores simbólicos e parte da identidade deixando a sua marca de colonizador como caminhos de ferro, redes rodoviárias, multiplicação de estruturas urbanas e povoações comerciais nas cidades, culturas obrigatórias que impunham aos africanos novos sistemas de produção, reorganizações dos espaços que exigiam a expulsão dos africanos para assegurar os interesses e a instalação de colonos.

Contudo, os africanos, segundo a autora (Henriques 2003), procuraram definir estratégias destinadas a preservar seus valores ancestrais adequando-os ás inegáveis necessidades de mudança mesmo sendo expulsos das suas terras e obrigados a se adaptar aos sistemas de dominação e exploração do colonizador procurando simultaneamente meios para não perder totalmente o controlo da transformação do território. Os angolanos organizaram estratégias e inventaram novas fórmulas culturais capazes de permitir a preservação dos valores essenciais da sua identidade, sem todavia recusar a dinâmica da mudança, os angolanos foram capazes de integrar parte do factício europeu na sua autenticidade angolana reforçando a africanidade do território.

A superioridade dos africanos resulta de diferentes factores: por um lado, inscrevem-se num quadro de autenticidade civilizacional e estão no seu território ancestral, povoado e protegido pelas suas divindades que, nem recorrendo à multiplicidade dos instrumentos "produzidos" pela ciência, os europeus conseguem eliminar; por outro, estão abertos a uma dinâmica de mudança, isto é, prontos a aceitar, a integrar e a recriar as propostas dos europeus. (Henriques, 2004, p. 38,39).

Os africanos foram capazes de criar a angolanidade<sup>5</sup> onde segundo Jorge Manuel (2006 p.6.) compreendia todos que pelo sangue, nascimento ou pelo trabalho, tinham laços com o território angolano e desejavam mantê-los, fazendo parte desse conjunto a quase totalidade dos negros, mas também a quase totalidade dos mestiços e uma grande parte dos brancos, que tinham com o território angolano laços profundos, que não eram somente sentimentais, de reconhecer o direito à diferença, às diferentes componentes da Nação, partindo de postulado de que os membros da nação são, simultaneamente, iguais e diferentes, iguais perante a lei e diferentes quanto às origens, às culturas e às psicologias, reconhecendo a diversidade étnica da Nação e, sobretudo, afirmar o princípio segundo o qual não existe, no território angolano, uma etnia dominante.

Na luta contra a opressão colonial, essa afirmação da personalidade nacional supõe, entre outras coisas, a libertação cultural. É a razão pela qual Mário de Andrade, falando de Angola, revela que: "... a questão cultural sempre esteve articulada nas diferentes fases do nacionalismo." (Jorge Manuel,2006, p.6).

#### 4.3. PRESERVAÇÃO E RESISTÊNCIA ANGOLANA

Apesar dos massivos ataques culturais que os angolanos sofreram dos portugueses, eles foram capazes de criar estratégias, criar e gerir uma nova identidade para escaparem do que foi imposto pelos portugueses, usando pilares fundamentais que serviram de estratégia para salvaguardar grande parte da sua identidade que de acordo com (HENRIQUES 2003), foram o parentesco e a religião uma vez que o parentesco estabelece relações hierarquizadas e ritualizadas permitindo resistir sob a autoridade dos mais velhos às tentativas de dissolução encaradas pelos portugueses para criar um amplo mercado de força de trabalho, uma estrutura permanente, com uma profundidade histórica genealógica secular que fornece o suporte mais sólido para assegurar a paternidade das estruturas africanas e que não podem ser separadas as estruturas familiares do religioso, os portugueses estavam cientes da importância que esta estrutura ao ponto de castigar os crimes dos "indígenas" onde o débito era pago não pelo indivíduo mas pela sua família.

---

<sup>5</sup> Conjunto dos caracteres e das maneiras de pensar, de sentir e de se exprimir próprios dos angolanos.

De acordo com Henriques (2003) foram várias as táticas que os europeus organizaram para destruir o cultural do povo africano, Forçaram o religioso africano a conviver com as religiões cristãs e a frequentá-las, com sua dupla pressão da administração colonial e dos missionários.

As formas de resistência por parte dos africanos são bem notáveis a vida dos angolanos como o caso do derramamento de frações das suas bebidas por terra<sup>6</sup>, destinadas às divindades que aí permanecem, registrando também a integração e utilização de outras propostas europeias como a surpreendente e a banalização da escrita portuguesa no espaço amplo dos chefes africanos situação que encontrou um reforço substancial na utilização da máquina de escrever para assegurar a conservação de arquivos históricos africanos.

Ou seja, encontramos aqui uma das formas mais sensíveis e visíveis das condições de organização dos espaços que implicam sempre um conhecimento iniciático. Obrigados a entrar na engrenagem dos portugueses, os africanos inventam novas fórmulas culturais capazes de permitir a preservação da sua identidade, sem, todavia, recusar a dinâmica da mudança. (Isabel Henriques, 2003, p. 19)

Assim como aconteceu uma transformação na língua portuguesa do Brasil o mesmo vai se repetir em Angola, segundo Viriato da Cruz apud Jorge Manuel (2006), os portugueses não negaram a existência de uma cultura negra mas negaram a possibilidade dessa cultura servir de base para novas civilizações.

A transformação linguística que se desenvolve pela força das coisas tinha que vencer a oposição dos puristas que, em nome da superioridade da língua portuguesa, recusam todo o efeito à interação. Para Jorge, os portugueses procuraram impor a língua portuguesa em todos os degraus da construção social angolana. Não hesitaram em tentar a utilização de métodos conducentes à destruição das línguas indígenas. Porém, nesse combate, com armas desiguais, o projeto português nem sempre saiu vencedor. e por um lado a língua portuguesa foi introduzida como língua oficial em Angola, ela será, como

---

<sup>6</sup> Prática que os angolanos levam até hoje, principalmente nas inaugurações de instituições a autoridade que se encontra a frente da atividade jorra uma garrafa de champagne sobre o solo.

diz Alfredo Margarido, “[...]influenciada pela língua autóctone e determinará a criação - não do que se chama o português do colonizador - mas de uma forma híbrida, mais negra do que portuguesa”( 2006, p.9). Fato que em todo o território angolano foram se formando diferentes variedades do português, os portugueses ignoraram completamente o processo de “invenção da língua angolana”, o português falado em Angola, é um elemento importante da construção da angolanidade, ele nasce não de uma deformação do português, mas de uma “reinvenção da língua, que parece provar a grande vitalidade do português” com sua variante, seu sotaque.

A língua angolana é o produto da história comum de duas civilizações, que fizeram mais do que coexistir (porque dois povos podem coexistir, mesmo pacificamente, e, no entanto, odiar-se profundamente). A língua angolana é o produto da história de dois povos que viveram juntos, durante séculos. (JORGE MANUEL 2006, p.9).

O mesmo aconteceu com os tecidos fornecidos pelos portugueses. Foram reinventados pelos angolanos, principalmente por mulheres, sendo tecidos europeus, mas usados de forma africana. “O espaço é assim inteiramente recuperado pela invenção das luandenses que articulam os panos europeus e os ritmos e a dignidade africanos.” (Isabel Henriques, 2004, p.38), os pés descalços respeitam a relação sagrada com a terra e com os espíritos, algo que também resistiu e que até hoje ainda existe entre os angolanos.

Mesmo sendo desprezados pelos europeus e despossados dos territórios dos seus ancestrais, prisioneiros de etnias fabricadas, de espaços controlados pelo colonizador, de hierarquias discriminatórias, de formas culturais e materiais impostas pela força, os africanos lutam para preservar e salvaguardar seus valores fundamentais das suas identidades. (HENRIQUES, 2004, p.12).

Contudo, não foi possível resistir a todas as transformações, uma boa parte da cultura europeia ganhou raízes na cultura angolana. “É que a presença portuguesa deixou traços profundos na terra, nas coisas e nas gentes. Do ponto de vista humano, a assimilação foi a arma essencial utilizada para a “conquista das almas” (JORGE MANUEL, 2006, p.7).

A angolanidade é um dos múltiplos neologismos que os nacionalistas angolanos forjaram, no decurso da luta de libertação. Criado, talvez, por Alfredo Margarido, em 1960-61, o termo aparece pela primeira vez num artigo de Fernando Costa Andrade, que dá desse conceito a definição seguinte: “É preciso entender-se por Angolanidade não somente a negritude, mas também a perspectiva do homem-novo que Frantz Fanon menciona como sendo indispensável para um diálogo efectivo entre os homens de África e dos outros continentes”. (JORGE MANUEL, 2006, p.7).

Ainda de acordo com esse autor, não é na negritude que se deve procurar as raízes da cultura angolana pois procedendo dessa maneira seria negar a aculturação que resultou da colonização, o cultural angolano deve ser estudado como “um fenómeno social total” e não como o resultado de um simples contacto de culturas, uma vez que o próprio Agostinho Neto também caiu no erro de uma abordagem culturalista do fenómeno social angolano quando disse que “A cultura angolana, está constituída, hoje, por partes que vão das áreas urbanas assimiladas até às áreas rurais apenas influenciadas pela assimilação cultural europeia”, reduzindo segundo o autor essa aculturação à sua forma forçada, enquanto ela também pode ser espontânea, natural, livre ou mesmo controlada, a angolanidade construiu-se a partir dos elementos concretos em que se manifestou e não como um esforço de negação de uma realidade cultural imposta, mas como um esforço de afirmação de uma realidade cultural nova, que nasceu do cruzamento de civilizações.

A desintegração da autoridade e da sociedade tradicional africana também afetou esta política, pois muitos africanos eram confrontados com a lealdade ao seu modo de vida tradicional, por um lado, e com os atrativos da vida na cidade, por outro, sem que lhes fosse possível satisfazer plenamente nenhum dos lados. (Wheeler, 2013, p.197)

Só uma abordagem desse tipo pode permitir-nos ligar o cultural e o social, e que de acordo com Roger Bastide apud Wheeler (2013), “os fenómenos de contactos culturais estão ligados às relações raciais e condicionados por elas”. A questão conforme o autor já não é a de saber o que se deve rejeitar, mas a de reunir todos os elementos suscetíveis de participar na construção da angolanidade, e que é importante constatar que a angolanidade não se constrói pela rejeição do substrato negro-africano, nem pela diluição numa

qualquer cultura dominante e, ainda menos, pela aceitação da “pseudocondição de mestiço cultural” ou seja a aceitação do homem novo sem que por isso seja necessário deixar de lado o homem antigo, estar aberto para o novo sem contudo esquecer suas raízes.

A angolanidade constrói-se com tudo aquilo que a História legou ao povo angolano: o substracto negro-africano e os elementos da cultura dominante que, ao longo dos séculos, penetraram até ao fundo do inconsciente popular. Será que essa concepção conduz à aceitação da condição de mestiço cultural? Absolutamente, não! É que essa concepção é a única que seja conforme à realidade. Ela parte do princípio que não há cultura pura, como não há raça pura. E é por isso que devemos assumir, plena e inteiramente, a realidade histórica que forjou Angola e a sua cultura. (JORGE MANUEL, 2006, p.8).

A mentalidade angolana para este autor é o conjunto das maneiras de viver, de sentir e de pensar próprios ao povo angolano que foram fortemente influenciados pelo contacto direto ou indireto com a civilização europeia. Suas técnicas comerciais e culturais marcaram profundamente as transformações das formas de expressão da mentalidade angolana. “Os estudos dos etnólogos sobre Angola mostram bem que, apesar da influência portuguesa, a sociedade angolana não se dissolveu nos cânones e valores propostos pela cultura dominante”, o que houve na realidade foi uma adaptação e produção de um “novo sistema de valores e de normas, que constituem os elementos, não de uma mentalidade portuguesa, mas de uma mentalidade angolana. Segundo Manuel (2006) houve sincretismos religiosos que “incluem o culto de Cristo em quase todo o território”, ao mesmo tempo que tem as suas raízes na terra angolana, não resistiu à atração dos fatores exógenos”. O homem angolano de acordo com o autor nunca se sentiu culturalmente português, porque, como diz o próprio Agostinho Neto, “a cultura angolana é africana, ela é sobretudo angolana” para ele maior parte daquela cultura era estrangeira não fazia parte da sua identidade.

A colonização portuguesa criou um novo africano, diferente do africano pré-colonial e também diferente daquele que o português achava que conseguiria o transformar, mas que, contudo, não perdeu a essência do que era antes e que não se fechou para eventuais mudanças. “A política colonial de dividir para reinar fez com que se reforçassem os germes da divisão: o racismo, o regionalismo, as reivindicações de

carácter étnico”, (Jorge Manuel, 2006, p.10), que culminou em diferentes formas de nacionalismo, Batsíkama (2013) vai denomina-los de angolanidade apriorística e angolanidade rizomática ou angolanidade, angolanidade apriorística teoria sustentada pelo MPLA em seu projeto sobre Angola enquanto “Estado-nação” defende que “todos angolanos constituam uma só nação; um só povo” partindo do pressuposto de que o povo angolano estaria acima das etnias (forma de congregar as partes) e abrindo espaço para africanos, europeus e angolanos “viverem em conjunto”, como um só povo, já angolanidade rizomática ou angolanidade teoria sustentada pela FNLA e readaptada pela UNITA que afirma que a construção de Angola enquanto Estado-nação vai partir das raízes culturais africanas, em busca do modelo africano (rompimento com a colonização) por um lado e, por outro, a independência total (independência cultural, talvez).

Angolanidade apriorística. De forma estruturalista, eis como apresentamos os “agentes sociais angolanos”, partindo das suas heranças e capitais face às dinâmicas históricas: EU/luso-descendente angolano; Outro/afro-angolano. [...] Isso implicaria que se EU for a língua portuguesa, Não-EU seria língua angolana patrimonial (língua nacional). De modo igual, importa reconsiderarmos OUTRO como afro-angolano pela obra portuguesa (*O mundo que o Português criou*) que implica a fraternidade entre Angolano e outras colônias africanas. Cada um trouxe um pouco da sua cultura originária. (Patrício Batsíkama, Por dentro da África, 2013).

Para BATSİKAMA (2013), as características da região onde nasce a UPA<sup>7</sup>/FNLA<sup>8</sup> são tão peculiares que não permitiram a implantação efetiva do lusotropicalismo, quanto a UNITA<sup>9</sup> segundo o autor os Umbundu que trabalhavam nas vivendas dos portugueses instalados no Norte não participaram nas atrocidades de 15 de Março de 1961 (por manter-se fieis ao patrono colono), e muitos pagaram com a vida, injustiçados na Frente de Leste pela angolanidade apriorística/MPLA<sup>10</sup>, os Umbundu seguirão o mesmo caminho transformando suas relações de cordialidade e cooperação em relações de inimizade e conflitualidade e criando uma amargura dos Umbundu em relação as duas angolanidades e seus suportes institucionais (MPLA e FNLA).

<sup>7</sup> Primeiro movimento de libertação de Angola

<sup>8</sup> Frente Nacional de Libertação de Angola.

<sup>9</sup> União Nacional para a Independência Total de Angola.

<sup>10</sup> Movimento Popular de Libertação de Angola.

[...] se por um lado os reinos umbundu foram criados pelo poderoso kamundôngo Katyavala Mbwila, proporcionando intercâmbios onde o Norte pretendia dominar o Sul, por outro, a supremacia de Norte (fundador) ora era protestada internamente (entre os Umbundu), ora era manifestamente posta em causa/duvida quer pela auto-estima umbundu quer pelas novas dinâmicas socioeconômicas (Muekalia, 2010: 187-186 apud Patrício Batsíkama, Por dentro da África, 2013).

Essas observações acima mencionadas estão na forja da angolanidade rizomática da UNITA, expressivamente diferente por refutar a negritude a sua inferioridade que nega toda sua submissão das outras angolanidades. Dai que Jonas Savimbi sublinhara uma “luta interna a partir de dentro”, como forma nacional da sua angolanidade (Savimbi, 1979). Era uma questão fundamental de não perder a sua ancestralidade num mundo tão moderno (Neto, 1997b); construir a “identidade cultural nacional” na base da realidade sociológica angolana onde interviriam os traços culturais umbundu. Enfim, a construção das identidades na angolanidade conforme Batsikama (2013) fundamenta-se na “vontade” de querer viver em conjunto (National Feelings) e, sobretudo, na expressão que os próprios angolanos no sentido de “aqueles que vivem no espaço territorial chamado Angola enquanto “associados desta Angola”. Partindo do pressuposto conforme Batsikama (2013) de conhecer a cultura do outro como ponto de diálogo laico, de partilha de um mesmo bem e de reconhecimento ao outro como condição fundamental de querer viver em conjunto, de aceitação daquilo que é diferente como forma de construir a mesma sociedade diferenciada pela mesma dinâmica e em permanente reconstrução onde a rés pública é construída pelas diferenças através de meios e concorrência de ofertas de bem estar global, e com uma justiça social alcançável a partir de vários programas de oportunidade e de uma cidadania inclusiva reconhecendo a desigualdade ontológica como dinâmica interna e a igualdade dos desiguais perante as normas para alcançar o bem-estar individual.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 5.1. ABORDAGEM DA PESQUISA

Para ir de acordo com nosso objetivo de pesquisa, utilizaremos a pesquisa qualitativa isso por ser um trabalho de viés interdisciplinar que busca estabelecer uma interação entre a história e a antropologia que vai abordar aspetos da realidade que não podem ser quantificados e que como pesquisadora pretendo melhor explorá-los. De acordo com Jonh Cresswell (2010), a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e entender o significado que indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano envolvendo questões e procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados apoiando assim uma maneira de encarar a pesquisa que honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação.

Nos disporemos também das pesquisas bibliográfica e documental que segundo Fonseca:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32 apud Denise Silveira e Fernanda Córdova, 2009, p. 40).

Assim, pretendemos recorrer a fontes diversificadas de pesquisa que me possibilitem a melhor compreender a formação identitária angolana, seus elementos de luta e resistência na construção e preservação da angolanidade. Claro, com o desenvolvimento do trabalho no segundo ciclo de minha formação, buscarei aprimorar o tratamento teórico e metodológico a fim de melhor responder as inquietações elencadas ao longo desta proposta.

## 6. CRONOGRAMA

<b>Atividades</b> <b>2019</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>				
Levantamento de fontes bibliográficas e documentais	X	X	X	X							
Análise e leitura dos textos e documentos				X	X	X	X				
Estudo e definição da abordagem metodológica			X	X	X						
Redação preliminar						X	X				
<b>Atividades</b> <b>2019</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>
Análise da relação entre território e identidade	X	X	X	X	X						
Análise e leitura dos textos e documentos				X	X	X	X	X			
Redação final									X	X	X

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLANIDADE, **Conceito**, disponível em:  [<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/angolanidade>](https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/angolanidade) Acesso em 30/01/2018

BARROS, A., LEHFELD, N. **Fundamentos de metodologia científica** 3ª Edição, 2008.

BLOG no Wordpress.com **Mandume ya Ndemufayo- seculo XX**, 2015, disponível em:  [<https://mandumekwanhama.wordpress.com/historia-de-mandume-o-rei-dos-kwanhamas/ >](https://mandumekwanhama.wordpress.com/historia-de-mandume-o-rei-dos-kwanhamas/). Acesso em: 28/10/2017

BRITO, C. **25 de Janeiro de 1576: Paulo Dias de Novais funda a cidade de Luanda**, 2016, disponível em:  [<http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2016/01/25-de-janeiro-de-1576-paulo-dias-de.html>](http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2016/01/25-de-janeiro-de-1576-paulo-dias-de.html). Acesso em: 07/06/2018.

CRESSWEL, J, **Projeto de pesquisa**, disponível em:  [<https://pt.scribd.com/document/337950252/CRESWELL-John-W-Projeto-de-pesquisa-pdf>](https://pt.scribd.com/document/337950252/CRESWELL-John-W-Projeto-de-pesquisa-pdf)

CARANCI, C. **Portugueses no Congo: Aliança e opressão**, 2015, disponível em:  [<https://tokdehistoria.com.br/2015/10/30/portugueses-no-congo-alianca-e-opressao/>](https://tokdehistoria.com.br/2015/10/30/portugueses-no-congo-alianca-e-opressao/) Acesso em 02/11/2017

GOMES, N., **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão.**

HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e identidade** o desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c.1872-c. 1926), 2003. Disponível em:  [<www.africafederation.net/DESMANTELAMENTO\\_AFRICANO.pdf.>](http://www.africafederation.net/DESMANTELAMENTO_AFRICANO.pdf) Acesso em 27/10/2017

HENRIQUES, Isabel Castro. A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950), 2004. Disponível em:  [<periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/6023>](http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/6023). Acesso em 26/10/2017

JORGE, Manuel, **Nação, identidade e unidade nacional em Angola**, 2006, disponível em:  [<http://www.revues-plurielles.org/\\_uploads/pdf/17/28/17\\_28\\_02.pdf>](http://www.revues-plurielles.org/_uploads/pdf/17/28/17_28_02.pdf) Acesso em 27/10/2017

KIRETUÃ, T. **Reinos de Angola extintos**, disponível em:  [<https://tatakiretaua.webnode.com.br/materia/reinos-de-angola-extintos/>](https://tatakiretaua.webnode.com.br/materia/reinos-de-angola-extintos/) Acesso em 17/04/2018

MARTINS, H., **Metodologia qualitativa de pesquisa**, 2004.

MARCONI, M., LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica** 7ª Edição, 2010.

MORIN, E., **Os sete saberes necessários à educação do futuro**, 1993, Catarina da Silva e Jeanne Sawara.

SILVA, D. **Reino do Congo**, disponível em: <<https://www.estudokids.com.br/reino-do-congo-caracteristicas-e-atividades-economicas/>> Acesso em 20/07/2018

SILVEIRA, D., CORDÓVA, S., **A pesquisa científica**, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em 12/05/2018

PITTA, V. **O reino do Congo em finais do século XV**, 2010, disponível em: <<http://civilizacoesafricanas.blogspot.com.br/2010/06/o-reino-do-congo-em-finais-do-seculo-xv.html>> Acesso em 20/07/2018

WHEELER, D. **História de Angola**, Tradução de Pedro Gaspar Serras Pereira Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2013- In. 8º de 469-II págs. Broch.